

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**

Contrato de Prestação de Serviços nº 014/2014, celebrado pelo Distrito Federal por meio da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal e a Empresa Opinião Consultoria Ltda – EPP, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo nº 430.000.302/2013.

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, representado por **Wagner Rodrigues de Sousa**, brasileiro, domiciliado nesta capital, RG nº 1174197 SSP/DF, CPF nº 480.408.941-15, na qualidade de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a Empresa Opinião Consultoria Ltda - EPP, doravante denominada Contratada, CNPJ nº 02.501.289/0001-58, com sede no SRTVN 701, Conjunto C, Bloco "B", Sala 410, Centro Empresarial Norte, Brasília/DF, CEP: 70.719-900, representada por **Carlos André Almeida Machado**, RG 10.652 CRA/DF, CPF nº 690.381.801-44, residente e domiciliado no SHIS QL 22, Conjunto 08 casa 04, Lago Sul – Brasília/DF, CEP: na qualidade de Sócio Administrador.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 408/2013 – SULIC/SEPLAN, anexo do processo, nº 430.000.302/2013, da Proposta de fls. 1647/1682 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos para a execução da pesquisa de campo, coleta, levantamento, revisão e aplicação de questionário, com aferição mensal, para fins de realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal, no período de 2014 a 2016, em 2.912 (dois mil novecentos e doze) domicílios (mensais) distribuídos nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, a ser realizado com a metodologia da Fundação Sistema Social de Análise de Dados – SEADE e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, consoante especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante no anexo I do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 408/2013 – SULIC/SEPLAN

Folha nº:	1857
Processo nº:	430.000.302/2013
Rubrica:	A
Mat.:	265830

Folha Nº	1865
Processo nº	430.000.302/2013
Mat.	263926-2



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**

(fls. 1402/1604), da Proposta de fls. 1816/1853, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

4.1 - O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

4.2 - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Contrato.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato é de R\$ 2.143.814,40 (dois milhões cento e quarenta e três mil oitocentos e quatorze reais e quarenta centavos) a ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

5.2 - Na hipótese de prorrogação do contrato, e desde que solicitado pela Contratada, observada a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração poderá ser negociado o realinhamento de preço que nunca será superior ao valor primitivo do contrato acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Orçamentária: 25101

II - Programa de Trabalho: 11.333.6214.4102.0004 (Desenvolvimento do Sistema Público de Emprego-Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal.

III - Natureza da Despesa: 33.90.39

IV - Fonte de Recursos: 100/132

6.2 - O empenho inicial é de 622.500,00 (seiscentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), conforme Nota de Empenho nº 2014NE00070, emitida em 11.02.2014, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1.1. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela CEF - Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

Folha nº:	1858
Processo nº:	430.000.302/2013
Rubrica:	A
Mat:	1265830

Folha Nº	1866
Processo Nº	430.000.302/2013
Assinatura	263.926-2



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

V – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa – PGFN e SRF).

7.1.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento, estando devidamente atestada pelos Executores do Contrato.

7.1.3. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, observado as disposições do Decreto 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, conforme publicação no DODF nº 35, de 18/2/11 – Pág. 3.

7.1.3.1 Excluem-se das disposições do Subitem 7.1.3:

I. - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II. - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

III. - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais c/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, permitida a prorrogação, de acordo com o Inciso II, do Art. 57, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Nona – Das garantias

9.1 Por ocasião da celebração do contrato, será exigida da Contratada a prestação de uma das seguintes garantias:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).

II - seguro-garantia; ou,

III - fiança bancária.

Folha nº: 1859
Processo nº: 430.000.302/2013
Rubrica:
Mat: 126230

Folha Nº 1867
Processo Nº 430.000.302/2013
Rubrica: [assinatura]
Mat: 263976-2



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**

10.1.1 Caberá à Contratada optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de **2% (dois por cento)** do valor do contrato (Lei n.º 8.666/93, art. 56, parágrafo 2º).

9.1.2. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da Contratada, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

a) somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

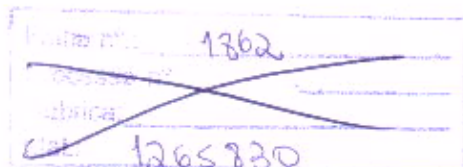
11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 - É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.



Folha Nº 1868
Processo Nº 430.000.302/2013
Rubrica: [assinatura] Matr. 263926-2



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.1 - Da Espécie

13.1.1 – A contratada se não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I - advertência;

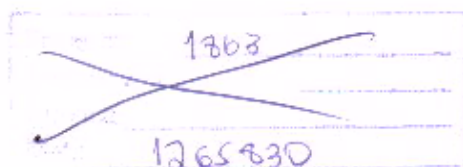
II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

b) para a contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Folha Nº 1869
Processo Nº 430.000.302/2013
Rubrica 109 263826-2



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**

13.2 - Da Advertência

13.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.3 - Da Multa

13.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.3.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.3.3 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice

Folha nº 1264
Exemplar nº 1265830

Folha nº 1270
Exemplar nº 430000302/2013
Data 26/3/2013



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**

Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.3.1.

13.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.4 - Da Declaração de Inidoneidade

13.4.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.4.2 - A declaração de inidoneidade prevista neste item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.4.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5 - Das Demais Penalidades

13.5.1 - A Contratada apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticar atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, estar sujeitas às seguintes penalidades:

Folha nº 1365
Processo nº 1265830
Rubrica

Folha Nº 1871
Processo nº 430000302/2013
Rubrica 263926-2



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.4.3 e 13.4.4.

13.5.2 - As sanções previstas nos subitens 13.4 e 13.5 poderão também ser aplicadas Contratada ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, na execução do Contrato; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6 - Do Direito de Defesa

13.6.1 - É facultado Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.6.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.6.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.6.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.6.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no site www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

10

Folha nº	1866
Processo nº	
Rubrica	

Folha nº 1872

Processo nº 430.000.302/2013

Rubrica: DRP 263.926-2



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**

13.6.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.2 e 13.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 - Do Assentamento em Registros

13.7.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.7.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.8 - Da Sujeição a Perdas e Danos

Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste Contrato**, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações contratuais.

13.9 – Disposições Complementares

13.9.1- As sanções previstas nos subitens 13.2, 13.3 e 13.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.9.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão amigável

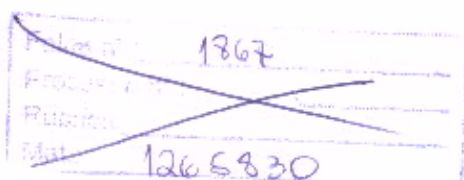
O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, ou seja, de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.



Folha Nº 1873
Processo Nº 430000302/2013
Rubrica: [assinatura] 263926-2



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho, designará Comissão de executores para a fiscalização do Contrato, que desempenhará suas atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

19.1 - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

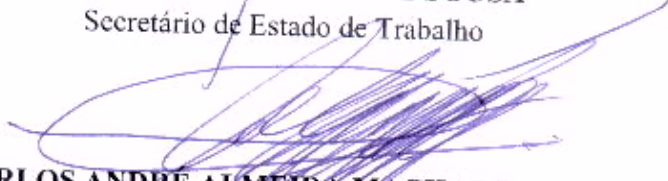
19.2 - Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012).

Brasília, 22 de agosto de 2014.

Pelo Distrito Federal:


WAGNER RODRIGUES DE SOUSA
Secretário de Estado de Trabalho

Pela Contratada:


CARLOS ANDRÉ ALMEIDA MACHADO
Sócio Administrador

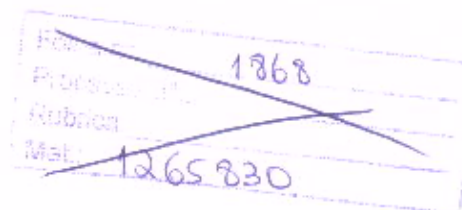
Testemunhas:

Nome: _____

CPF nº: _____

Nome: _____

CPF nº: _____



Folha Nº 1874

Processo Nº 430.000.302/2013

Rubrica OP Matr. 263926-2